O Mediterrâneo: processos de integração

Para produzirmos um novo recorte da História Antiga é preciso abandonar preconceitos e ideias muito arraigados. Podemos começar dizendo o que ela não é. Não é a História Universal, não é a História de uma civilização superior, não é a História do Ocidente. Não é, igualmente, uma História de sucessivas nações: Oriente Próximo, Grécia e Roma.

Mas continua sendo uma parte importante da História Mundial, sem a qual não podemos compreender como surgiu o mundo contemporâneo. E é importante para nós, brasileiros. Ela nos foi ensinada como a chave de nossa identidade. Precisamos conhecê-la bem, para entendê-la de modo crítico. Ela faz parte de nossa memória social, da visão de nós mesmos como ocidentais.

A pista fornecida pela atual insistência nos estudos mediterrâneos pode ser uma boa maneira

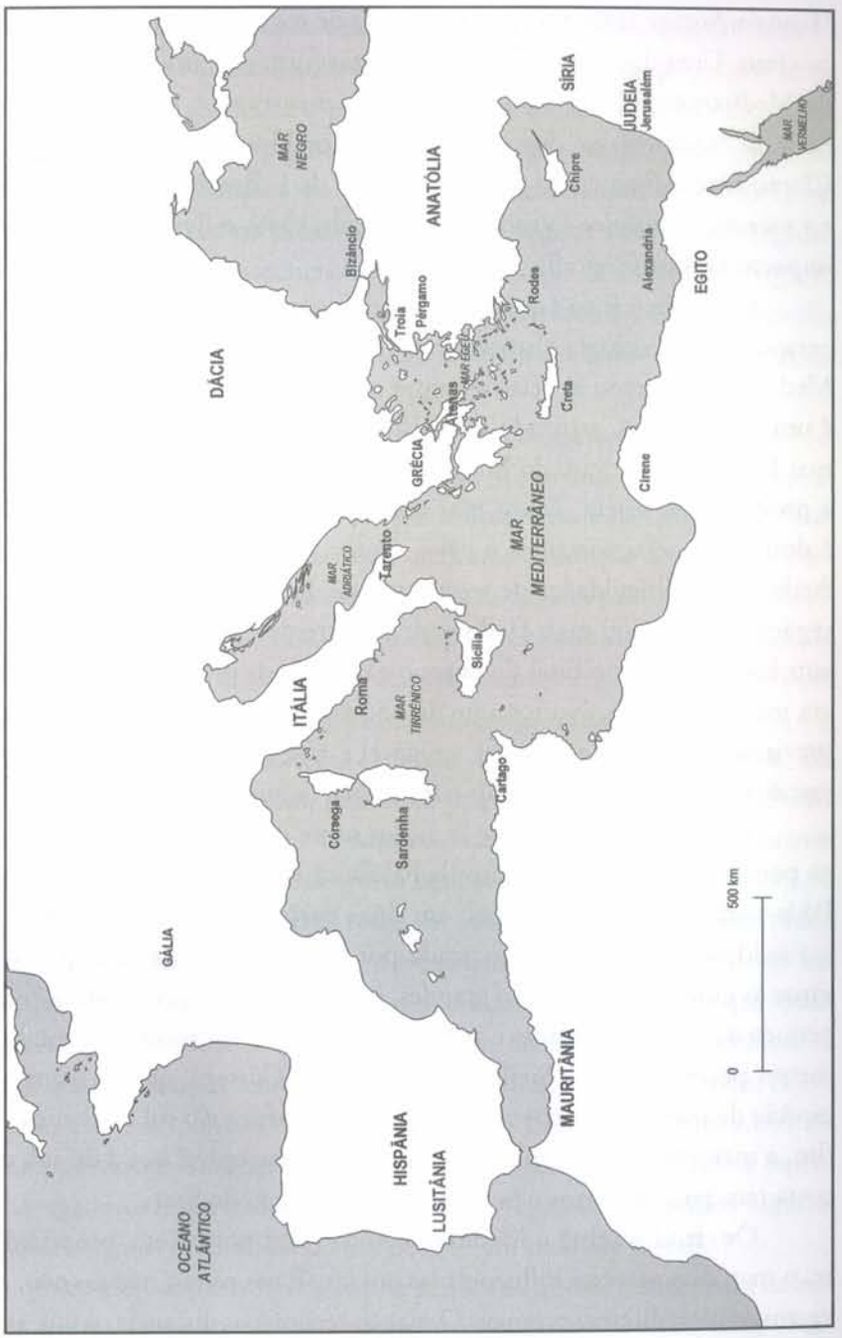
de reposicionar a História Antiga dentro da História Mundial. O recorte no Mediterrâneo traz perdas. Os historiadores ainda não conseguiram integrar de modo satisfatório as antigas Histórias da Mesopotâmia e do Egito na História do Mediterrâneo. É um foco mais restrito, que substitui, apenas, as antigas Histórias da Grécia, de Roma e do Império Romano e de sua sucessão no tempo. Neste livro, portanto, não trataremos de Histórias que são importantes: a invenção da agricultura, as primeiras cidades e Estados, a invenção da escrita, a Idade do Bronze e muito mais. Começaremos por volta do primeiro milênio a.C.

Essa restrição, no entanto, traz também vantagens. Corresponde melhor às divisões reais entre os especialistas dentro da disciplina. Possibilita, além disso, colocar questões mais específicas a uma dada região do planeta por meio de algumas perguntas que nos interessam hoje em dia: de que modo se deram os processos de integração humana na bacia do Mediterrâneo? Como pensar a integração humana na longa duração? Quais suas causas, seus ritmos, os problemas que criou ou resolveu?

Essas questões começaram a agitar a historiografia ao longo do século XXI. Elas se relacionam, como é óbvio, com questões do presente, com os problemas que enfrentamos no processo atual de globalização. Este último, que era encarado há 20 anos como uma marcha inevitável para um futuro melhor, encontrou na última década obstáculos que não sabemos como resolver: a crise dos Estados nacionais, a crise financeira, os conflitos étnicos e religiosos, a eliminação das culturas locais. O espaço do Mediterrâneo conheceu, entre os século X a.C. e V d.C., um grande processo de integração. Embora diferente do atual, é um campo histórico bem documentado, ao qual podemos fazer perguntas interessantes, que correspondem a algumas de nossas indagações mais prementes.

O MEDITERRÂNEO: UMA UNIDADE POSSÍVEL?

Para criar este novo recorte, contudo, é necessário ter clareza do que ele implica. O próprio Mediterrâneo não é uma unidade fácil de definir. Nos últimos anos, em busca de alguma nova unidade para a velha



Mapa 1 – O Mediterrâneo

História Antiga, o termo tem sido usado de modo indiscriminado e pouco claro. Uma das primeiras obras a tentar formular um conceito preciso de Mediterrâneo foi a monumental *O mar corruptor: um estudo da História do Mediterrâneo,* dos ingleses Peregrine Horden e Nicholas Purcell. Claramente influenciado pela obra-prima de F. Braudel, *O Mediterrâneo e o mar mediterrânico à época de Filipe II*, de 1949, o livro teve um grande impacto na historiografia.

O Mediterrâneo é descrito pelos dois autores na longa duração, sob a perspectiva da ecologia histórica. Sua preocupação é entender como o mar Mediterrâneo afetou as relações entre os povos às suas margens. Esse mar é um imenso lago, separado do Atlântico pelo estreito de Gibraltar e do mar Negro pelo estreito do Bósforo. Suas águas são salinas, o que restringe a produção de peixes. É um mar quase sem marés, no qual a navegação é dominada pelas correntes e pelos ventos. São estas que determinam as facilidades e dificuldades de se cruzar suas águas. Em geral, antes da navegação a vapor, era mais fácil seguir as correntes que giravam em sentido anti-horário. Entre o final do outono e o início da primavera, a navegação era muito arriscada. No restante do ano era, pelo contrário, muito fácil e previsível. Trata-se de um mar amigável e que acelera as comunicações – esse é um dos pontos essenciais para ambos os autores.

Três grandes penínsulas avançam sobre o mar Mediterrâneo: a longa península da Itália, a península balcânica e a Anatólia (atual Turquia). Pode-se dividir o Mediterrâneo em duas partes fundamentais: a oriental e a ocidental. A oriental é marcada por uma sucessão de ilhas próximas umas às outras: algumas bem grandes, como Creta, Chipre e Rodes, outras pequenas, como as Cíclades e as Esporádes. O Mediterrâneo ocidental tem menos portos e ilhas: a Sicília, a Sardenha e a Córsega, que formam uma espécie de corredor norte-sul entre o norte da África e o sul da França. Por fim, a margem norte do mar é mais povoada e navegável que a do sul, cuja costa tem poucos portos e fica próxima ao deserto do Saara.

Os estudos sobre o Mediterrâneo não têm por objeto, propriamente, o mar, mas as terras influenciadas por ele. É nas terras, não no mar, que vivem os mais diferentes povos. O mar os separa e os distancia, o que aprofunda a originalidade de cada comunidade ou população, mas também os aproxima, pois as comunicações por mar são mais rápidas que as por terra.

Mais importante que o próprio mar são as características das terras ao seu redor: pequenas planícies circundadas por montanhas, como na Itália, na costa da Turquia, na península Ibérica, ou por desertos, como na Síria, no Líbano e no norte da África; um regime de chuvas irregular, em geral deficitário; a ausência de grandes rios que favoreçam a irrigação das terras. É um mundo de pequenas regiões terrestres, isoladas umas das outras, mas unidas pelo mar. O vale do rio Nilo é a única grande exceção. Por isso mesmo, forma um mundo à parte.

Horden e Purcell ressaltam que a produção agrícola ao redor do Mediterrâneo depende diretamente das chuvas. Todo ano, em alguns lugares do Mediterrâneo, chove menos do que o necessário e há crises periódicas de produção. Por isso, afirmam que nenhuma produção agrícola no Mediterrâneo pode ser autossuficiente. Todos os lugares são "microrregiões", cujos habitantes tem que diminuir o risco de um ano ruim diversificando a produção agrícola e mantendo-se permanentemente em contato com outras comunidades. Todas dependem umas das outras. A chave para sua sobrevivência é o que os autores chamam de "conectividade" do mar. Ela possibilita infinitas conexões, grandes e pequenas viagens, sempre à vista da terra: seu grau mínimo é o comércio de "cabotagem", dos pequenos marinheiros que comerciam de porto em porto.

Para ambos os autores, todas as comunidades do Mediterrâneo viviam numa rede de conexões, não existiam isoladamente, mas no interior de uma grande teia de relações. Grandes portos ou ilhas, que eram caminhos obrigatórios de passagem, podiam dar-se ao luxo de centrar-se numa única produção lucrativa: azeite em Atenas, vinho em Quios, lã em Tarento etc. Sua posição como polos da rede lhes possibilitava obter os demais produtos essenciais. Outras diversificavam seus produtos à espera de navegadores interessados em adquiri-los e vendê-los em outros lugares. Todos os lugares dependiam de sua posição em redes de troca.

Nesse espaço mediterrânico de pequenas trocas, houve, para os autores, alguns momentos em que a força se impôs sobre as redes, controlan-

do as estratégias habituais das pequenas comunidades. Para ambos, é uma possibilidade aberta pela ecologia. O Mediterrânico era um espaço ideal para a extensão do poder a distância, controlando as terras e o fluxo marítimo entre elas. Ressaltam, ainda, três instrumentos principais de controle sobre a produção: obrigar uma região a ser monocultora, principalmente dos produtos mais essenciais, como o trigo; criar centros de estocagem, para controlar os efeitos das flutuações climáticas a cada ano e produzir bens que durem por anos, como o vinho; redistribuir bens e produtos para zonas carentes, onde seu valor é mais alto.

A ecologia do Mediterrâneo não definiria, para Horden e Purcell, apenas limites, mas também possibilidades de exploração. O poder físico, de dominação, embora surgido na rede de contatos, não era exercido apenas nas rotas marítimas, como também sobre as terras e sobre seus habitantes. Por isso, o Mediterrâneo nunca teria conhecido um campesinato estável, mas uma grande mobilidade de pessoas, movidas pela colonização e pela escravidão. Conectividade e mobilidade são os dois conceitos-chave que repercutiram fortemente nos estudos mais recentes sobre a região.

O mar corruptor tornou-se um ponto de referência e suscitou um intenso debate na historiografia. A ideia de conectividade foi rapidamente associada ao desenvolvimento da internet, como se o Mediterrâneo fosse um espaço de comunicação sem fronteiras. Foi, sem dúvida, sua inspiração. Mas não fica claro, na obra, até onde iriam as margens do Mediterrâneo. Não deveríamos incluir, em alguns momentos, o vale do Nilo, a Mesopotâmia e a Europa central? Afinal, trata-se de uma História de povos, não do mar.

O MEDITERRÂNEO E A HISTÓRIA

Por fim, quais seriam os ritmos de uma História no Mediterrâneo? Teria permanecido sempre igual? A principal crítica que se faz à obra é precisamente esta: que não é histórica. A conectividade do mar é, no fim das contas, apenas uma possibilidade. O problema, para o historiador, é definir quando esta se transformou em conexões reais e duradouras e como elas se

acumularam no tempo. O livro não responde, assim, à questão central da historiografia contemporânea: podemos pensar o Mediterrâneo como um meio, ou um espaço, de uma integração histórica concreta, progressiva?

É preciso dizer que muitos historiadores não concordam com a ideia de que o Mediterrâneo antigo tenha se tornado mais integrado ao longo do tempo. Pensando nos termos da globalização contemporânea, consideram que a verdadeira integração se dá apenas por meio da economia. Como defendem que a economia antiga permaneceu circunscrita e local, não veem grandes mudanças na vida das pessoas antes do capitalismo. Os Estados podiam ser pequenos, como uma cidade, ou grandes, como um reino ou um império, mas para camponeses e artesãos a vida consistia em trabalhar e pagar taxas. Haveria "impérios-mundo", mas não "sistemas-mundo". Essa é a ideia central do sociólogo e historiador I. Wallerstein, cuja obra *O moderno sistema-mundo: agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI* (1972) foi muito influente.

Mas essa ideia de um mundo antigo permanentemente "desconectado" é negada pela própria documentação. As localidades ao longo do Mediterrâneo não permaneceram imutáveis ao longo dos séculos. Pelo contrário, elas foram tecendo vínculos cada vez mais fortes, estabelecendo conexões concretas, redes cada vez mais sofisticadas, que se acumularam ao longo dos séculos. É o que veremos neste livro.

Ao contrário do que havia proposto F. Braudel, na obra citada anteriormente, que via a longa duração como um tempo no qual nada ou muito pouco muda, é preferível pensá-la em termos de História humana. Mas não somente como uma ecologia humana, como proposto em *O mar corruptor*. É preciso introduzir a História concreta dos homens, as transformações ao longo do tempo dentro de uma mesma região geográfica. É mais proveitoso pensar a longa duração como um amplo foco de visão para observarmos mudanças, produzidas pela ação humana e pelo acúmulo de experiência histórica, do que tratá-la como um pano de fundo imutável.

Um conceito interessante para pensarmos esse processo é o de "mediterranização", desenvolvido pelo arqueólogo britânico Ian Morris: o longo

percurso histórico que conectou e integrou as sociedades ao redor do mar e que, em muitos momentos, sofreu a influência decisiva de povos localizados a maior ou menor distância dele: como mesopotâmicos, hititas, persas, hebreus, citas das planícies do mar Negro, egípcios no vale profundo do Nilo ou celtas da Europa central.

O espaço do Mediterrâneo e as terras a seu redor podem ser vistos, na longa duração, como tendo sofrido um progressivo processo de integração de suas comunidades territoriais. Não se trata, obviamente, de um movimento histórico semelhante à atual globalização da economia mundial. Mas nos parece evidente que, por exemplo, no Império Romano (I-V d.C.) havia uma articulação muito maior entre essas comunidades – bem como centenas de outras, distantes do mar, do que no chamado período homérico (VIII-VII a.C.).

A questão principal é procurar entender como se deu essa progressiva integração: quais seus mecanismos, quais suas causas, quais seus períodos de intensificação e de abatimento. Não é possível entendê-lo a não ser como um processo cumulativo, no qual cada geração se reproduz sobre a base do trabalho acumulado de gerações anteriores. Por isso, o processo de integração é multicausal, depende tanto de determinantes estruturais quanto de circunstâncias históricas específicas.

A ideia central é que esse processo deve ser visto através da crescente articulação das fronteiras internas de cada comunidade local com aquelas externas. Por fronteiras entendemos, aqui, as linhas mais ou menos definidas que separam as pessoas, sobretudo aquelas relacionadas ao controle da terra (e, em geral dos meios de produção), dos homens e dos bens produzidos. Certos fatores serão sempre centrais: a forma de apropriação da terra, as formas de exploração do trabalho, as tecnologias disponíveis, as relações entre agricultura, pastoreio intensivo e extensivo – este último, em geral, reserva de recursos dos mais ricos – e comércio.

O processo de integração não apenas encurta distâncias, ele muda a ordem e o sentido da vida em regiões cada vez mais amplas. A articulação entre as comunidades produz, na longa duração, sistemas sociais cada vez mais complexos e sofisticados. Embora não conduza, necessariamente, à homogeneização das comunidades, o processo de integração submete, ao longo do tempo e em escala cumulativa, as fronteiras locais e a vida local a fronteiras mais amplas, a uma unidade mais extensa, a um sistema de diferenças em escala maior, que lhes confere, de fora, suas próprias identidades e seu sentido.

INTEGRAÇÕES ANTERIORES

O mar Mediterrâneo vem sendo atravessado pelos seres humanos há muitos milênios, mesmo antes da invenção da agricultura. No Mediterrâneo oriental, por exemplo, existe uma ilha, Melos, que produz uma variedade de rochas vulcânicas muito especial: a obsidiana. É uma pedra negra, vitrificada, fácil de ser reconhecida. Ela oferece uma excelente matéria-prima para a produção de instrumentos de pedra, por ser resistente e propiciar um fio muito cortante. Ora, objetos feitos com essa obsidiana são encontrados em vários sítios arqueológicos do Mediterrâneo, alguns datados de mais de 10 mil anos.

Mas a possibilidade de navegação não significa, necessariamente, um processo de integração. O primeiro deles se iniciou no terceiro milênio a.C., a chamada Idade do Bronze, e envolveu, principalmente, o Mediterrâneo oriental. Seu primeiro centro foi a ilha de Creta, onde se ergueram grandes palácios-cidades, como Cnossos, e se desenvolveu um artesanato próprio, cuja tecnologia parece ter sido importada, em parte, do Egito e do Levante. Os arqueólogos a chamam de civilização minoica, numa referência ao lendário rei cretense Minos, que teria construído, com a ajuda de Dédalo, um labirinto para prender o Minotauro.

A partir de cerca de 1800 a.C., a influência de Creta se estendeu pelas ilhas do mar Egeu e na Grécia continental. Como muitas sociedades do período, os palácios minoicos eram administrados por uma burocracia letrada, que desenvolveu sua própria escrita, chamada de Linear A e que ainda não foi decifrada. Na Grécia continental também se desenvolveram grandes palácios, mas construídos como fortalezas cercadas de altas muralhas. Os arqueólogos a chamam de "civilização micênica". Nós a conhece-

mos melhor, pois sua escrita, denominada de Linear B, pode ser decifrada. Isso porque a língua expressa pelos caracteres era já a língua grega.

Essas sociedades palacianas mantiveram um estreito contato entre si, com o Egito, a Anatólia e o Levante. É difícil definir seu grau de integração política e social, mas os palácios parecem ter sido os principais organizadores da vida social: retiravam tributos das aldeias camponesas, estocavam os excedentes em grandes depósitos e redistribuíam-no para o restante da sociedade.

Havia, certamente, especificidades locais. Muitos sítios arqueológicos do período micênico, como Atenas, não possuíam palácios. Os grandes centros micênicos parecem revelar uma sociedade mais militarizada que a dos palácios de Creta. De qualquer modo, as trocas de objetos eram frequentes, a influência recíproca é clara nos estilos decorativos, na cultura material e nas estruturas da vida cotidiana. Parece ser um processo de integração cumulativo, que se intensifica com o tempo, mesmo que não tenha sido linear. Terremotos e erupções vulcânicas parecem ter marcado momentos de ruptura, sobretudo em Creta. A partir de cerca de 1400 a.C., a própria ilha de Creta foi ocupada por invasores micênicos.

Mas não foram rupturas definitivas. A vida, aos olhos dos arqueólogos, sempre parece ter sido retomada, mais ou menos, do ponto de ruptura. Objetos micênicos, datados de cerca de 1300 a.C., foram encontrados na Itália, na Sicília e na Sardenha. A rede de conexões parecia a ponto de ampliar-se.

No século seguinte, no entanto, ocorreu o que os historiadores, por falta de termo melhor, chamam de "colapso". Os palácios foram destruídos, os sítios arqueológicos se tornaram raros e pouco povoados, os objetos se tornaram escassos, a tecnologia regrediu. No planalto da Anatólia, o grande Império Hitita ruiu; nas margens do Nilo, os faraós enfrentaram uma invasão de povos no delta do Nilo que denominaram de "povos do mar"; a unidade política sobre o Nilo foi abalada por gerações; no Levante, os filisteus ocuparam a atual Palestina; algumas das mais antigas cidades fenícias foram também destruídas; por fim, os grandes reinos da Mesopotâmia (Mitani, Assíria, Babilônia) sofreram grandes abalos.

Quais as causas desse colapso? Nenhum historiador sabe ao certo. Há várias hipóteses: grandes migrações populacionais, alterações climáticas, eventos extremos, revoltas na periferia, falta de matérias-primas essenciais como o estanho, sem o qual não se produzia bronze. Não há consensos, nem procuraremos respostas aqui. Provavelmente, não há uma única causa.

O "colapso das civilizações do bronze" nos é importante por duas razões. Mostra-nos – de forma talvez assustadora – que os processos de integração e de crescimento não são invulneráveis, nem indestrutíveis, nem irreversíveis. E nos oferece um ponto quase zero, um marco cronológico, para pensarmos o novo processo de integração que o sucedeu, a partir dessa que é chamada a Idade das Trevas. Entraremos, nos capítulos seguintes, na História da Idade do Ferro.

SUGESTÕES DE LEITURA

ABULAFIA, D. *The Great Sea. A Human History of the Mediterranean*. Oxford: OUP, 2011.
Interessante tentativa recente de responder aos desafios de uma História do Mediterrâneo.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Oxford: OUP, 2000.
Obra de referência para os estudos contemporâneos sobre o Mediterrâneo antigo. Apesar de extensa e polêmica, sua leitura é fundamental.